



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.41.113.A011>

É preciso estar disponível: a reconfiguração espaço-temporal da atividade de entrega subordinada mediante plataformas digitais

It is necessary to be available: the spacetime reconfiguration of the subordinate delivery activity through digital platforms

Lívia Romero de Moura
Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0002-2801-1567>
livia_romero@hotmail.com

Luís Henrique Alencar Silva
Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0001-8797-6839>

Cássio Adriano Braz de Aquino
Universidade Federal do Ceará
<https://orcid.org/0000-0001-8651-1634>

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa que originou este manuscrito.

Resumo

O trabalho tem ganhado contornos bem específicos nas últimas cinco décadas e exibe um panorama marcado por perda de direitos sociais, flexibilização, instabilidade e precarização. Destaca-se, a partir da década de 1970, o processo de reestruturação produtiva capitalista e o avanço do neoliberalismo e, no século XXI, o processo de aceleração das mudanças no cenário do trabalho, a crise de 2008 e a entrada das Tecnologias Informacionais e Comunicacionais. Em 2009, a empresa Uber é fundada e rapidamente ganha protagonismo ao inaugurar um movimento que embora não se restrinja a ela, ganha relevo por sua forte expressividade global e pelo neologismo uberização. Tais características são identificadas entre os entregadores ciclistas, alvo da nossa pesquisa, trazendo contornos inéditos e ampliando a vulnerabilização de uma atividade eminentemente precária. O manuscrito tem como origem uma pesquisa de mestrado que se propôs a analisar junto a entregadores ciclistas como o fenômeno da uberização constitui referência em suas experiências laborais. Os dados foram construídos mediante entrevistas semiestruturadas com sete entregadores ciclistas e um diário de pesquisa, analisados sob a ótica da Análise Sociológica do Discurso, tendo por objetivo aprofundar a compreensão sobre a reconfiguração espaço-temporal na atividade de entrega em bicicleta, impulsionada pela exigência velada de disponibilidade ampliada. A elevada prestatividade às empresas-aplicativo ratifica a condição de trabalhador *just-in-time* (Abílio, 2020) e provoca um ritmo e remuneração flutuantes, alargamento da jornada de trabalho e da carga horária diária. A uberização consolida a “compressão espaço-tempo” (Harvey, 1994) e promove novos contextos como espaços de trabalho.

Palavras-chave: Uberização. Entregadores ciclistas. Tempo de trabalho. Espaço de trabalho.

Abstract

Labor has gained specific contours over the last five decades, with an outlook marked by loss of social rights, flexibility, instability, and insecurity. We highlight, from the 1970s, the productive capitalist restructuring and advancing neoliberalism and, in the 21st century, the accelerating changes in the work setting, the 2008 crisis, and the inclusion of Information and Communication Technologies. Uber was founded in 2009 and quickly gained a prominent role by inaugurating a movement that, although not restricted to it, achieved relevance through its strong global expressiveness and the “uberization” neologism. Such characteristics are identified among the cyclist couriers, the target of our research, bringing unprecedented contours and increasing the vulnerability of an eminently unstable activity. The manuscript is nested in a master’s research that proposed to analyze, along with cyclist couriers, how uberization is a reference in their labor experiences. Data were built through semi-structured interviews with seven cyclist couriers and a research diary, analyzed from the perspective of the Sociological Discourse Analysis to deepen the understanding of bicycle delivery space-time reconfiguration driven by the covert demand for extended availability. The high level of helpfulness to app companies ratifies the just-in-time condition of workers (Abílio, 2020) and triggers a fluctuating pace and remuneration, extending the working day and daily workload. Uberization consolidates “time-space compression” (Harvey, 1994) and promotes new contexts such as workspaces.

Keywords: Uberization. Delivery cyclists Working time. Workspace.

Resumen

El trabajo viene, a lo largo de las últimas cinco décadas, adquiriendo contornos muy específicos partir de los años 1970 donde se destaca el proceso de reestructuración productiva capitalista y el avance del neoliberalismo y, en el siglo XXI, el proceso de aceleración de los cambios en el escenario laboral, la crisis de 2008 y la entrada de las Tecnologías de la Información y la Comunicación. En 2009, se funda la empresa Uber que rápidamente gana protagonismo inaugurando un movimiento que no restringiéndose a ella, gana protagonismo por su fuerte

expresividad global y el neologismo uberización. Tales características se identifican entre los ciclistas de reparto, objeto de nuestra investigación, aportando contornos inéditos y ampliando la vulnerabilidad de una actividad eminentemente precaria. El manuscrito tiene su origen en una investigación de maestría que se propuso analizar con los ciclistas de reparto cómo el fenómeno de la uberización es una referencia en sus experiencias de trabajo. Los datos fueron construidos a través de entrevistas semi-estructuradas con siete ciclistas repartidores y un diario de investigación, analizados desde la perspectiva del Análisis Sociológico del Discurso, con el objetivo de profundizar la comprensión sobre la reconfiguración espacio-temporal en la actividad de reparto en bicicleta, impulsada por la demanda velada de disponibilidad extendida. La alta prestatividad a las empresas por aplicativo ratifica la condición de trabajador just-in-time (Abílio, 2020) y provoca fluctuación de ritmo y remuneración, extensión de la jornada laboral y de la carga diaria de trabajo. La Uberización consolida la "compresión espacio-tiempo" (Harvey, 1994) y promueve nuevos contextos como espacios de trabajo.

Palabras clave: Uberización. Ciclistas entregadores. Tiempo de trabajo. Espacio de trabajo.

Introdução

O processo de uberização do trabalho é compreendido aqui como uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho, relacionada às plataformas digitais, mas que não se limita a elas. Refere-se a uma tendência global que alude à materialização de transformações políticas do mundo do trabalho nas últimas décadas e que viabiliza a reflexão acerca da consolidação do trabalhador como um trabalhador *just-in-time*, ou seja, disponível para ser utilizado na exata medida da demanda da empresa-aplicativo, mas remunerado somente pelo que produz, sem direitos associados ao trabalho, com ausência de garantias acerca da carga de trabalho e remuneração, e assumindo os custos e riscos inerentes ao trabalho (Abílio, 2020).

Trata-se também de um processo de informalização do trabalho e um avanço na flexibilização laboral no que tange à eliminação de impedimentos legais à exploração do trabalho, o que abrange a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao próprio trabalhador (Abílio, 2020). Por essa via de entendimento, a uberização adensa a precarização laboral, processo gradual e universal demarcado por instabilidade, flexibilização e perda de direitos sociais (Lima et al., 2012).

Para compreendermos a reconfiguração espaço-temporal da atividade de entrega em bicicleta subordinada por meio de plataformas digitais¹ (Abílio et al., 2021), faz-se necessário sublinhar os marcos do modo de produção capitalista que culminaram no

¹A definição "trabalho subordinado por meio de plataformas digitais", utilizada pelos autores, demarca que não se trata de mera mediação das plataformas digitais.

fenômeno da uberização do trabalho. Destacamos o processo de reestruturação produtiva, na década de 1970, que consolidou transformações no papel Estatal, inovações tecnológicas, desregulamentação do trabalho e alterações culturais típicas de uma nova racionalidade, a neoliberal (Dardot & Laval, 2016; Lima & Júnior, 2018), a qual, desde meados do século passado, desenha um sujeito que reproduz, alarga e reforça relações competitivas, pautadas em uma lógica individualista (Dardot & Laval, 2016).

Ressaltamos, no século XXI, a crise de 2008 e a sua resolução assentada na estatização de dívidas, em políticas neoliberais e na financeirização da economia, um pacote de evidente oposição ao Estado de Bem-Estar-Social (Teixeira & Paim, 2018). O resultado da pós-crise foi o crescimento econômico – ainda que tímido – sem aumento de empregos e a imposição aos trabalhadores de uma busca exacerbada de qualquer forma de sobrevivência (Srnicek, 2017). Ademais, a crise refletiu no sistema de exploração capitalista, ao trazer novas possibilidades na utilização e remuneração da classe trabalhadora (Pochmann, 2016).

Em meio a um processo generalizado de vulnerabilização das condições de trabalho, destaca-se a flexibilização e a intensificação laboral (Lima et al., 2012). À flexibilidade produtiva e de utilização da força de trabalho soma-se a mobilidade do capital e do trabalho. Dessa forma, as diversas flexibilidades também se agregam às mobilidades – espaciais, temporais, de atividades, de permanências, de trânsitos e circularidades. Há deslocamento de unidades produtivas na busca de novos territórios e deslocamentos diários e sazonais dos trabalhadores (Lima & Junior, 2018) em busca de inserção no mercado de trabalho. O trabalho, sob os ditames do capitalismo atual, esfacelou as fronteiras de tempo e espaço de trabalho e colonizou todas as esferas da vida. Como destaca Antunes (2018), ao contrário das previsões a respeito da eliminação total do trabalho via maquinário informacional-digital, há o surgimento e a expansão do novo proletariado de serviços na era digital, impulsionado pelas Tecnologias Informacionais e Comunicacionais (TICs).

A noção de uma liberação tanto temporal como de esforço físico presente na promessa tecnológica não se concretizou, pelo contrário, diante a prevalência de um controle cognitivo se criou um modo diferenciado de submissão, onde os recursos tecnológicos – hardware e software – assumiram um papel de controle e vigilância sobre as atividades dos trabalhadores, que passaram a utilizar intensivamente tais recursos.

Dentro da nova modalidade global do que se denomina escravidão digital (Antunes, 2018), uma categoria de trabalhadores explode no cenário urbano e se torna símbolo da vulnerabilização provocada pela uberização do trabalho: os entregadores ciclistas por aplicativo. A atividade de entrega em bicicleta, eminentemente precária, adquire novos contornos e lança luz aos inúmeros arranjos dos trabalhadores brasileiros a fim de garantir a sobrevivência diária.

Objetivos

Com base nesse panorama, uma investigação de mestrado foi impulsionada pelo questionamento de como o fenômeno da uberização constitui referência na experiência laboral de entregadores ciclistas. A investigação, realizada em 2021, em Fortaleza (CE), também tinha como norte compreender as implicações na temporalidade laboral produzida com o fenômeno da uberização, e os resultados apontaram para uma reconfiguração espaço-temporal. O nosso objetivo, com o presente manuscrito, é aprofundar a discussão acerca desse novo delineamento espaço-temporal, lançando luz ao imperativo da disponibilidade ampliada na atividade de entrega subordinada por meio de plataformas digitais.

Método

Os dados foram construídos em campo a partir de entrevistas semiestruturadas, e de um diário de pesquisa, elaborado mediante registro das observações *no* cotidiano de trabalho (Spink, 2007). As entrevistas com os sete entregadores ciclistas subordinados por meio de plataformas digitais ocorreram em horários com menor demanda de serviço, à tarde. O roteiro se alicerçou na convocação dos trabalhadores a contar suas trajetórias de trabalho, e outros questionamentos ocorreram a partir do que emergiu na narrativa dos participantes, balizados pelos objetivos da pesquisa.

Os trabalhadores entregadores foram abordados em seus locais de base, o que nos possibilitou dialogar acerca dos objetivos da pesquisa e eliminar eventuais dúvidas. Os critérios de inclusão foram: ser entregador ciclista e atuar na Grande Fortaleza (CE), sem limitação de tempo na função ou impedimento caso o trabalhador exercesse outra atividade remunerada, seja no mercado formal ou informal. A investigação que gerou este

manuscrito foi submetida e aprovada junto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de origem dos autores, sob o número de parecer 4.147.809. Os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido antes do início das entrevistas, as quais foram gravadas por áudio e obtiveram duração média de vinte minutos. Para preservar o sigilo dos participantes, eles foram denominados por nomes fictícios.

Os dados foram analisados sob a ótica da Análise Sociológica do Discurso (ASD), a qual vincula o texto analisado com os contextos em que emergem e/ou com seus contextos de uso, nos níveis microssocial, mesossocial e macrosocial. Contextual e interpretativa, a ASD se propõe a estabelecer um sentido social ao discurso que se analisa e, para isso, adota o ponto de vista do sujeito (Herzog & Ruiz, 2019). Três foram as etapas dessa análise, desenhadas com base nas contribuições de Godói, Coelho e Serrano (2014): 1) Trabalhos Práticos Iniciais, em que realizamos a preparação da análise dos textos e do trabalho de leitura, a separação entre a fragmentação e a abordagem integral do texto, bem como anotações gerais nos textos; 2) Conjecturas pré-analíticas e estilos discursivos; e 3) Procedimentos de análise das posições discursivas, análise das configurações narrativas, análise dos espaços semânticos e relação entre configurações narrativas e espaços semânticos.

Resultados e discussão

O tempo de trabalho na atividade de entrega em bicicleta subordinada por meio de plataformas digitais: disponibilidade permanente ao labor

O tempo de trabalho facilmente emergiu na narrativa de todos os entregadores, o que reitera a ideia de Aquino (2003) de que tempo e trabalho são categorias sociais e fenômenos unívocos, e de Dal Rosso (2017), ao destacar a organização do mundo pelo horário e o envolvimento do trabalho no enredo das horas, o que dá relevo à distribuição dos horários e cargas laborais como aspectos primordiais para a compreensão das condições de trabalho.

Ao analisarmos o tempo de trabalho na atividade de entrega subordinada por meio de plataformas digitais, percebeu-se que, bem distante do que as empresas-aplicativo propagam acerca da flexibilidade de horário, o imperativo da disponibilidade irrompe no discurso dos trabalhadores como uma percepção compartilhada por todos os participantes da pesquisa. Diante da necessidade de traçar estratégias de gestão da própria

sobrevivência (Abílio, 2020), a máxima “é preciso estar disponível” parece ser uma certeza diante de tantas incertezas. Há uma carga horária diária extensa, em média de 65 horas semanais, e que ocorre, na maioria das vezes, de seis a sete dias da semana. Somente uma trabalhadora entrevistada – Úrsula – expõe uma jornada menor do que os demais, não por opção de não realizar as entregas, mas por dedicar-se à outra atividade remunerada de segunda à domingo. É o que podemos observar no quadro abaixo:

Tabela 1

Jornada de trabalho de entregadores ciclistas por aplicativo

Participante	Jornada de trabalho	Carga horária diária	Dias da semana	Carga horária semanal
Gabriel	8h - 18h	10h	Segunda à sábado	60h
Nicanor	8h - 18h30	10h30	Segunda à sábado	63h
José Arcádio	11h - 22h	11h	Segunda à sábado	66h
Aureliano	10h - 14h / 16h30 - 22h	9h30	Segunda à domingo	66,5h
Fernando	12h - 22h30	10h30	Segunda à domingo	73,5h
Gastón	13h30 - 23h	9h30	Segunda à domingo	66,5h
Úrsula	18h - 00h	6h	Segunda à sexta	30h

Nota: Elaborado a partir do conteúdo das entrevistas da pesquisa de mestrado que originou este manuscrito.

Destacamos que a jornada de trabalho apresentada revela certa rigidez e repetição, o que se assemelha ao modelo de distribuição experimentada na sociedade salarial, muito embora com o alargamento de um estado de prontidão ao labor. Esses dados corroboram

com a pesquisa publicada pela Aliança Bike (2019), ao constatarem que 57% dos entregadores ciclistas por aplicativo trabalhavam todos os dias da semana, com uma média diária de 9 horas e 24 minutos, e com 75% trabalhando até 12 horas por dia.

Tal descrição revela a contradição entre o recorrente discurso de flexibilidade de horário propagado pelas empresas-aplicativo, como “você escolhe seu horário e onde quer entregar” (Ifood, 2022), “[...] realize entregas quando e por quanto tempo quiser, basta ficar online” (Uber Eats, 2021) e a realidade concreta de trabalho experimentado pelos entregadores. Lançando luz à essa contradição, Gabriel afirma: “[...] *eles falam muito, sempre destacam, que a gente tem essa flexibilidade. Só que é necessário, pra gente conseguir fazer uma grana, assim, legal, que a gente passe algumas horas, certo? [...] O cara que trabalha de domingo a domingo, ele faz muito mais, entendeu?*” No seu entendimento, uma melhor distribuição de pedidos é feita para os entregadores que trabalhem mais, ou seja, que estiverem mais disponíveis. A disponibilidade, então, é reconhecida como recurso de obtenção de mais entregas. Reforça, em outro trecho, que o principal é o tempo “logado”, o tempo que está conectado ao aplicativo. Partindo dessa lógica, o trabalhador citado acrescentou mais um dia na sua jornada e percebeu a diferença.

Esse relato é semelhante ao de outro participante, Fernando. Ele iniciou as entregas por aplicativo exclusivamente no turno da noite e, após ter o contrato de estágio finalizado durante a pandemia, passou a se conectar às plataformas no período entre 12h e 22h30, todos os dias da semana. Ele percebia que os entregadores que cumpriam essa jornada recebiam mais pedidos, e sintetiza: “*Porque aqui o que mais influencia no valor que você vai ganhar é o tempo que você tá trabalhando, entendeu? Que tá online com eles.*” É importante sublinhar a percepção do entregador quanto ao tempo disponível como tempo de trabalho, ainda que a efetivação da entrega só ocorra em momentos pontuais.

A elevada disponibilidade se configura, nessa lógica, como um dos aspectos mais relevantes para a distribuição dos pedidos, o que, para o trabalhador *just-in-time*, que está acessível para ser “utilizado” na exata medida da demanda, mas remunerado somente pelo que produz (Abílio, 2019; 2020; De Stefano, 2016), é o que define a sua remuneração. É importante perceber, diante dessa perspectiva, que o tempo em que os trabalhadores estão conectados às plataformas digitais sem que estejam efetivamente

realizando entregas não é remunerado e, dessa forma, há incompatibilidade entre o tempo de trabalho total e os ganhos, uma vez que há apropriação do mais-valor gerado pelo sobretrabalho (Antunes, 2020).

Entre a necessidade de estar logado por elevados períodos e o pagamento somente pela entrega realizada, paira a incerteza: não há garantia de direcionamento de serviço e ganhos. Além disso, ainda que o pedido seja direcionado e aceito, a insegurança permanece, na medida em que consequências das falhas no aplicativo ou quaisquer intercorrências após o aceite incidem sobre o trabalhador. É o que Gabriel relata, neste trecho da entrevista: “[...] em caso, assim, de também você pegar um pedido e no meio do caminho o cliente cancelar, aí você fica também sem receber entrega, coisa que não foi nem culpa sua, entendeu?” De forma semelhante, essa queixa é compartilhada por Úrsula, ao relatar uma situação em que pedalou 4 km para buscar o pedido e, ao chegar ao estabelecimento, houve um problema indeterminado e o pedido desapareceu do seu aplicativo.

Ainda que os trabalhadores consigam arquitetar uma convicção na sua atividade, a de estar disponível, a experiência subjetiva de incerteza parece ser predominante, como reflete José Arcádio:

[...] a gente tem que ficar muito tempo na rua pro aplicativo reconhecer que aquela pessoa tá na rua e poder mandar entrega pra ele. É a coisa que eu fico da hora do almoço até à noite pro aplicativo reconhecer, e que muitas vezes o aplicativo não reconhece. Conheço muitas pessoas que rodam, passam o dia na rua, e que, tipo, faz duas, três entregas. O aplicativo não reconhece aquela pessoa.

Portanto, a disponibilidade, uma percepção incerta, opera na temporalidade laboral e produz a necessidade de criação de uma rotina, com uma distribuição rígida das horas de trabalho e alargamento da duração da jornada. A narrativa de flexibilidade de horário faz parte de um discurso que disfarça a maldição da opressão capitalista e busca atacar uma burocracia rígida, com foco na liberdade para as pessoas moldarem suas vidas. Conforme alerta Sennet (2016), essa nova ordem impõe novos controles, inclusive temporais, internalizados pelos sujeitos. O discurso propagado é o de que o trabalhador uberizado tem a liberdade de fazer o seu horário, mas, na realidade concreta de trabalho,

o que se impõe é uma entrega cada vez maior ao labor na tentativa de ser “reconhecido” pelo chefe incorpóreo, o algoritmo, em meio a infinitude de trabalhadores à disposição.

A fim de manter certa constância no tempo logado, é comum que os entregadores façam uma compensação dos dias trabalhados caso gozem de sua “liberdade” e não trabalhem em um dos dias que geralmente estariam ao dispor. Nicanor destaca: “*Eu só trabalho domingo quando eu tenho que folgar na semana, né? Aí eu vou e compenso.*” José Arcádio, de maneira semelhante, vincula a sua folga semanal às metas estabelecidas, as quais se articulam à duração da jornada de trabalho e sofrem influência do controle do algoritmo por meio da denominada gamificação. Há, conforme destacam Antunes e Filgueiras (2020), uma pressão para ficar mais tempo conectados ao aplicativo mediante incentivos, como promoções, que funcionam como metas, com horários a serem cumpridos, com o objetivo de estimular que os entregadores trabalhem por mais tempo. Essa influência externa também opera na organização da jornada de Gastón, ao nos relatar que somente quando há esses incentivos, o que turbinava a remuneração do dia, se sente à vontade para folgar no dia seguinte.

A reconfiguração temporal também pode ser pensada a partir do discurso de Nicanor. Ele revela que, caso surja algum bico de trabalho na semana, compensa nos aplicativos à noite para não diminuir as horas semanais à disposição:

[...] eu fico rodando no aplicativo para não, justamente pra não deixar a conta parada. Porque se a conta ficar parada, aí o iFood não vai tá me dando prioridade, né? [...] você precisa ter muita disposição pra procurar tá o máximo possível disponível e principalmente no fim de semana, que é onde tem mais corrida pra você compensar os dias mais, mais fracos.

Mediante esse relato destacamos uma característica da atividade dos entregadores ciclistas subordinada por meio de plataformas digitais, que é o ritmo flutuante. A demanda de pedidos é consideravelmente mais alta nos finais de semana e se concentra em horários específicos, no almoço e no jantar. Nesses períodos, o ritmo de trabalho é mais intenso, com o tempo para a entrega pré-determinado pelo aplicativo. Essa forma de organização ratifica que há um espaço considerável de baixa demanda, e isso desfaz a noção de que é o próprio trabalhador quem controla seu horário. Quem define

efetivamente o horário do trabalhador é a demanda e o ritmo de trabalho, ratificando a perspectiva de uma prevalência *just-in-time*.

Contudo, para Nicanor, além da disponibilidade, a avaliação dos usuários e a rapidez do serviço também tem peso na distribuição dos pedidos (mesmo que o tempo para a entrega seja pré-estabelecido pelo aplicativo): “*Eles [usuários] dão uma avaliaçãozinha melhor [para quem entrega mais rápido que o estipulado]. Aí é isso. O que faz eles [aplicativos] darem prioridade né? Quem tá se esforçando mais. Quem se esforça mais eles dão prioridade.*”

Já nos momentos de menor demanda, ainda que à disposição, os entregadores não são convocados nem tampouco remunerados, e esse hiato em que o trabalhador é subutilizado provoca descontentamento, como sinaliza Gastón: “*Quando não toca muito, aqui, fica muito tempo parado, aqui, é chato.*” Essa condição provoca, conforme palavras suas, “*desânimo,*” e faz com que ele não sinta motivação para trabalhar em alguns dias.

Outro ponto importante de reflexão acerca da exigência velada de disponibilidade é de como ela pode se articular à colonização de todo o tempo livre pelo tempo de trabalho. O direito ao tempo livre se esvai quando confrontado com o imperativo da produtividade. Úrsula traz um discurso coerente com essa condição contemporânea. Sua renda principal é obtida com faxinas realizadas de segunda a sexta e tem a atividade de entrega como complemento de renda. Comenta que “[...] *final de semana você ficava assim pensando: vou arrumar alguma coisa pra fazer nesses dias que a gente fica em casa, né?*” Por essa via, preenche suas noites e finais de semana com entregas pelos aplicativos e para um restaurante, acabando por preencher todo o seu tempo com trabalho.

Aureliano, que havia começado a trabalhar com entregas por aplicativo na semana anterior, o que já havia feito em 66,5h, revela que sempre que estiver “*sem fazer nada*” (com tempo livre), se disponibilizará ao trabalho. Gastón, que aguarda ser chamado para uma vaga de Auxiliar de Produção, destaca que não vai parar de realizar entregas ao iniciar o emprego com carteira assinada, pois vai se dedicar à elas nos finais de semana.

Mediante esses relatos, podemos pensar na reconfiguração espaço-temporal que vinha se desenhando desde o século passado e é catalisada pelas plataformas. Se após a Revolução Industrial até o modelo taylorista-fordista se percebia uma distinção concreta entre tempo-espaço de trabalho e lazer – compreendido por Aquino e Martins (2007)

como o tempo destinado às atividades de reposição física e mental –, com a universalização do capitalismo há uma “subsunção da vida ao capital”, que provoca a mercantilização de todos os aspectos da vida. Nessa lógica, “nunca somos donos do nosso tempo, nem de dia, nem de noite, nem nos fins de semana; devemos estar sempre prontos a entregar nosso tempo a quem o compre por uma ninharia” (Cantor, 2019, p. 52).

Um “não lugar” e suas implicações

Em virtude das transformações aceleradas próprias do mundo contemporâneo, Augé (1994) se atentou em três dessas transformações: o tempo, o espaço e o indivíduo. Para o autor, a superabundância dos fatos constitui um problema, mais do que os horrores do século XX. Atualmente, o ontem já se transformou em história, ou seja, tudo é acontecimento devido à superabundância dos fatos. Augé (1994) utiliza o termo supermodernidade para se distanciar do termo pós-modernidade, pois a vasta utilização deste pode esvaziá-lo de sentido. Para tal, faz uso do termo supermodernidade para tentar dar conta do excesso que é marca de nosso tempo.

Tomando o conceito de “lugar” e “não lugar” da geografia e antropologia, refletimos acerca do uso do espaço na reconfiguração espaço-temporal na atividade de entrega por aplicativos. Os lugares nos oferecem sentidos, identidades e uma história, os não lugares, conceito formulado por Augé (1994), são espaços onde não estão simbolizadas as identidades, as relações, nem a história. É nesse ínterim que buscamos investigar a relação do sujeito a partir da leitura do trabalho mediado pela internet como um lugar ou não lugar.

Se o lugar representa um tempo passado e o não lugar um provável futuro, a relação entre lugar antropológico e não lugar nos convoca a pensar numa realidade entre o que fomos/somos e o que podemos nos tornar, ou seja, aquilo que estamos nos tornando (Sá, 2014). O lugar é uma esfera da construção da vida social em que se interligam, no plural do cotidiano, os fluxos dos acontecimentos e os fixos, os objetos técnicos. Desta maneira, todo espaço é global e particular, pois manifesta o mundo e as circunstâncias únicas e específicas de sua composição. Na perspectiva de Augé (1994), os lugares são fundamentais, pois são identitários, relacionais e históricos. Nos lugares os sujeitos se ligam, se reconhecem. Tem-se o lugar de nascimento, o lugar de onde se vem, o lugar que trabalha, o lugar de moradia. Resumindo, um lugar pode ser simbolizado.

De acordo com Sá (2014), uma vez que a pós-modernidade é assinalada pelo excesso de eventos, superabundância espacial e o aumento da individualidade, o não lugar se torna cada vez mais a marca desse tempo. Essa pode ser a razão pela qual Augé (1994) foca nos não lugares, empenhando-se em revelar que alguns espaços estão nos transformando em “outros”. Segundo o autor, estes espaços são construídos intencionalmente e o objetivo principal é “fazer cada vez mais coisas em menos tempo” (Augé, 1994, p. 57). Portanto, é possível identificar na busca, tão presente em Augé, por apontar os não lugares como provocadores de uma perda de nós mesmos enquanto sociedade e coletivo, predominando apenas o indivíduo solitário.

Partindo da lógica de Augé (1994), a internet pode ser vista como um não lugar na medida da imersão numa nova realidade, no universo de nuvens, mercadorias, informações e algoritmos: recebemos e enviamos e-mails de trabalho, compramos, jogamos, criamos avatares para redes sociais e podemos estar em diversos lugares de forma simultânea, ou podemos não ser ninguém e nos perder nessa diversidade de tarefas e lugares (Vilhena & Novaes, 2018).

A história, os limites, as relações parecem diluir e fragmentar na tela de aplicativos, expandindo de forma nunca vista a informação e a experiência para espaços antes impensáveis. Entretanto, apesar das novidades e da praticidade que os não lugares virtuais trazem para a rotina dos sujeitos pós-modernos, essa realidade pode transformar “o mundo em um espetáculo com o qual mantemos relações a partir das imagens, transformando-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte” (Sá, 2014, p. 211).

A ideia de fazermos tudo em um período cada vez mais curto, de não perder nada do que acontece ao nosso redor e no mundo, já não nos autoriza a viver nos espaços físicos que ocupamos. Sendo assim, os espaços físicos se transformam em meios que viabilizam a interação no espaço virtual: contatos, informações e publicidade (celular, computador e *outdoors*) nos transportam para outras realidades, problemas, alegrias e desejos (Sá, 2014). A troca do espaço real pelo virtual desponta como um mal-estar que parece nos libertar e manifesta-se nas mudanças que estão acontecendo na organização do espaço, essas transformações parecem ser a resposta mais simples para a resolução dos nossos problemas diários. O não lugar corresponde àqueles espaços onde há possibilidade da aceleração do tempo, enquanto o lugar diz respeito às relações que são construídas e

acontecem. Portanto, para o autor, os não lugares estão repletos de relações de solidão, enquanto nos lugares ou lugares antropológicos acontecem relações de sociabilidade.

Para Augé (1994), a supermodernidade produz não lugares, isto é, espaços não antropológicos, aqueles lugares que não integram locais antigos e por isso, não são lugares de memória. Na perspectiva augeriana de não lugar, o autor destaca que um não lugar pode existir enquanto lugar, ressaltando que lugar e não lugar são polaridades. A contribuição de Augé nos motiva a investigar os ambientes criados pela supermodernidade, assumindo a forma de não lugares e se multiplicando, se configurando como um fenômeno que modifica nossa percepção do espaço-tempo.

Rocha e Montardo (2005) apontam que o usuário do não lugar cumpre uma relação contratual, seja de comércio, trânsito ou lazer. Portanto, os não lugares possuem por característica uma definição por palavras ou textos, que é proposta ao usuário, de modo prescrito, um “manual de utilização”, lançando mão, principalmente, de uma variedade de códigos. Nos aplicativos, o mecanismo de mediação se dá através da interatividade do usuário com a interface gráfica. Segundo as autoras, as interfaces gráficas (“*hardware e software*”) são os meios onde ocorrem a interação entre os sujeitos e as máquinas digitais. O aprimoramento dessa tecnologia pode ser visto na variedade de formas de execução de funções em determinados suportes técnicos: internet, celular, caixa automáticos e outros, e na facilidade de navegabilidades destes aparelhos.

Na dinâmica de existir a disponibilidade perpétua ao labor, condição facilitada pela ampliação do trabalho on-line e pelos aplicativos, se amplia a precariedade total que devasta o que restou dos direitos trabalhistas. A importância de confrontar essa racionalidade é necessária, visto que os proletários dos serviços já se encontram numa realidade perversa: de um lado o desemprego completo e, de outro, a sobrevivência através do privilégio da servidão aos aplicativos. Para compreendermos a uberização como uma forma de reajuste espaço-temporal é fundamental mencionar o desemprego e a indispensabilidade que a crise do valor e do emprego tem para esta reflexão. A imposição de assumir todos os custos do próprio trabalho denota a transferência de responsabilidade, a individualização de riscos e a intensificação da precarização do trabalho (Antunes, 2018).

A imposição de ter um carro, moto e/ou bicicleta (próprio ou alugado) expõe o grau da transferência de custos, os trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis,

ou melhor dizendo, com seus instrumentos de trabalho, são responsáveis pelas despesas de seguridade, alimentação, manutenção dos veículos, limpeza e outros. O aplicativo é, na verdade, uma empresa multinacional de assalariamento que se disfarça como trabalho desregulamentado sem se preocupar com os deveres trabalhistas que foram conquistados ao longo da história pela classe trabalhadora. A tecnologia surge como uma importante aliada na construção deste modelo que delega os custos apoiada na destruição de regulações que antes faziam a mediação entre os interesses das empresas e dos trabalhadores; atualmente, o capital tem se apropriado e dependido ainda mais dos avanços e do aparato tecnológico (Antunes, 2018).

O encolhimento dos horizontes temporais se configura como um ajustamento espaço-temporal na medida do deslocamento das contradições estruturais do capital. A eficácia da tecnologia atinge um nível capaz de acentuar o que Harvey (2008) chama de “compressão do espaço-tempo”. No entendimento de Harvey, espaço e o tempo foram “comodificados”. Ou seja, foram homogeneizados por um lado e fragmentados por outro, se convertendo em mercadorias transacionáveis, servindo como sustentação do capitalismo e da globalização (Santos & Azevedo, 2019). A concepção de Harvey pretende abranger um processo que vem alterando a relação entre o espaço e o tempo por intermédio da inovação tecnológica. A compressão é resultado do aumento da velocidade atrelado à evolução dos meios de transporte e comunicação. Tal movimento pode ser lido a partir do que chamamos de uberização, visto que a tecnologia utilizada pelos aplicativos de entrega manifesta-se como um dispositivo que propõe a aproximação instantânea entre a oferta e a demanda sobre um determinado espaço.

Refletindo sobre a natureza do espaço, Harvey (2015) propõe uma divisão tríplice no modo como podemos entendê-lo. O espaço absoluto é fixo e passível de medições e classificação. Socialmente, é o espaço das entidades territoriais, como os Estados, a propriedade privada, as cidades, o condomínio fechado e as barreiras físicas, por exemplo. A ideia de espaço relativo é associada a Einstein e às geometrias não-euclidianas, se apresentando em dois sentidos: há diversas geometrias que podem ser escolhidas e o quadro espacial depende especificamente daquilo que se relativiza e por quem. Oferecendo uma multiplicidade de localizações, o autor aponta que é possível criar mapas completamente diferentes de localizações relativas ao custo, tempo e modo de transporte. É o espaço dos fluxos, da circulação, dos movimentos, da mobilidade, da aceleração e,

por fim, da compressão do espaço-tempo. O conceito relacional, inspirado em Leibniz, implica a ideia de relações internas. Um evento no espaço não pode ser compreendido de forma isolada, isto é, depende de tudo que acontece ao seu redor. Para Harvey, “uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendida em referência apenas ao que existe somente naquele ponto” (Harvey, 2015, p. 130). Nessa concepção, o conceito de espaço está incluso ou é interno ao processo. Por esta razão, é impossível separar espaço e tempo.

Ao aproximar o usuário do serviço da oferta, busca-se otimizar o tempo do consumidor e o tempo de trabalho daquele que oferece sua mão de obra. Isto é, o que o aplicativo faz é modificar as relações espaciais e temporais, numa suposta tentativa de eliminar o tempo morto – tempo excluído diretamente da lógica produtiva. A disseminação do trabalho por plataformas digitais corresponde a mais um estágio, um empenho em remodelar as relações sociais e uma tentativa de exterminar o espaço através do tempo. Entretanto, para o mundo do trabalho, a principal consequência será o aumento do trabalho morto, ou seja, o maquinário digital reduzirá o trabalho vivo, por meio da substituição das atividades habituais e manuais pela robótica sob a gerência do comando algorítmico e digital (Antunes, 2018). Nessa perspectiva, a produção cada vez mais tomada por robôs e máquinas digitais encontra nas TICs um solo fértil dessa nova fase da submissão do trabalho ao capital. Como resultado dessa empresa flexível e digital

os intermitentes globais (camada do proletariado que mais cresce) tendem a se expandir ainda mais, ao mesmo tempo em que o processo tecnológico-organizacional-informacional eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobrando, sem empregos, sem seguridade e sem nenhuma perspectiva de futuro (Antunes, 2018, p. 38).

As empresas-plataformas administram as movimentações de diversos tipos de serviços, escondendo, através de comandos unilaterais nos algoritmos, a ingerência, o poder e o controle sobre os trabalhadores subordinados (Abílio, 2019). Esses últimos foram recrutados a partir dos ideais defendidos pelo empreendedorismo e o culto do esforço individual. A manipulação do capitalismo aliada às inovações tecnológicas torna-

se capaz de capturar trabalhadores ao mesmo tempo em que os consolida enquanto autônomos, se afastando de qualquer responsabilidade resultante da atividade exercida.

Para Abílio (2019), as empresas-plataformas utilizam da uberização para a transferência dos riscos e até o gerenciamento dos próprios trabalhadores, através de técnicas como a “gamificação”, concebida como método de gestão que impulsiona a produtividade dos trabalhadores por meio de regras unilaterais, desafios e premiações, acarretando na transformação do trabalhador em um “trabalhador just-in-time” que se encontra à disposição da empresa, ressaltando que o mesmo não tem controle na forma como seu trabalho é disponibilizado e remunerado.

Entender os processos urbanos sob o capitalismo é crucial, pois a produção de espaços, sua organização e seu compartilhamento são centrais nessa dinâmica. Dessa forma, a indústria 4.0 nos países da periferia do capital (países do sul), em condições tipicamente precárias, tem o surgimento de postos de trabalhos no setor de serviços constituído pelos intermitentes globais, aqueles trabalhadores que, para fugir do desemprego, se submetem a disponibilidade perpétua sob o discurso do empreendedorismo (Antunes, 2018).

Considerações finais

Podemos inferir que há uma expressiva contradição acerca do tempo disponível ao trabalho para as empresas-aplicativo de entrega e para o trabalhador. A narrativa que se busca emplacar (e com sucesso) pelas gigantes do setor é a de que cada trabalhador é livre para estabelecer seu próprio horário, e a remuneração estipulada concretiza a redução do trabalhador em trabalhador *just-in-time* ao considerar como tempo de trabalho somente aquele em que o serviço de entrega é realizado. Para o trabalhador, a compreensão captada nas entrevistas acerca da atividade de entrega aponta para a totalidade do tempo em que estão conectados ao aplicativo e as entregas propriamente ditas. Essa percepção corrobora com a proposição de Clot (2010) acerca do real da atividade, já que a atividade também é aquilo que não se faz, sendo o realizado somente uma ínfima parte do que é possível.

A premissa “é preciso estar disponível” é uma afirmativa uníssona entre os participantes da pesquisa e se articula com conteúdos da literatura acadêmica e publicações jornalísticas e pode ser analisada como a composição de um gênero

profissional, uma espécie de prescrição coletiva que se refere às obrigações que um coletivo de trabalho compartilha e estão estabilizadas em um dado meio e momento (Santos, 2006), uma parte subentendida da atividade, “um atalho conhecido apenas por aqueles que pertencem ao mesmo horizonte social e profissional” (Clot, 2014, p. 96). Essa convicção solidifica alguma certeza diante de tantas incertezas – remuneração, distribuição de entregas, precificação, dentre outras – inerentes a esse tipo de atividade.

A uberização, enquanto atualização de questões em andamento no modo de produção capitalista contemporâneo, traz de novidade a saída do espaço físico e o desloca para o virtual. Nessa dinâmica, traz uma nova localização e reespecialização física, que revela a articulação entre espaços precários e trabalhos precários, uma atualização que a uberização do trabalho provoca e, dessa forma, adensa a vulnerabilização da classe trabalhadora.

Aproveitamos nossas últimas considerações para sublinhar duas possibilidades de análise da espacialidade – a física, perspectiva abordada na dissertação da qual o artigo se desdobra, e a virtual, a que nos propusemos a desenvolver neste manuscrito. Acerca da espacialidade física, referimo-nos às condições precárias nas quais os trabalhadores de entrega em bicicleta estão submetidos, a apropriação, pelas empresas-aplicativo, de equipamentos urbanos para acumulação, a dinâmica do duplo circuito da economia, em diálogo com Milton Santos (1995), a intangibilidade da empresa-aplicativo e os desdobramentos dessa conjuntura para os relacionamentos estabelecidos no labor (MOURA, 2021). Além disso, ao partirmos da concepção de Augé (1994) de “não lugares” para refletirmos acerca da espacialidade na atividade de entrega em bicicleta subordinada por meio de plataformas digitais, compreendemos que parece haver uma legitimação desse “não lugar” como lugar de trabalho, na medida em que se constroem redes de relacionamento – ainda que por vezes hostis – e que se concebem o sentido de espaço destinado ao labor.

No que tange ao espaço virtual, constatamos que a internet pode ser entendida como um “não lugar” na medida em que, quando imersos numa outra realidade, nos deparamos com outro universo (Vilhena & Novaes, 2018). Portanto, podemos inferir que uma característica da virtualização é a desterritorialização. Ou seja, no processo de virtualização surgem lugares desterritorializados, à vista disso, independentes de espaço físico. Tais lugares são reais, pois reúnem símbolos e significados que são

compartilhados, entretanto, são virtuais, visto que os usuários não convivem num mesmo espaço físico.

Uma nova configuração espaço-temporal surge na internet, na medida em que, ao mesmo tempo em que se ocupa um espaço, este não existe de forma concreta. É um espaço virtual, um ciberespaço, constituído de combinações algorítmicas. É nesse ínterim que é feita a conexão entre um exército de trabalhadores subordinados à gerência dos aplicativos de entregas. A leitura da internet como um “lugar” ou “não lugar” deriva, exclusivamente, do uso dos recursos tecnológicos. Para o entregador ciclista que necessita estar disponível para o recebimento de entregas, a internet é um lugar, inclusive, um local de trabalho. Entretanto, para o usuário do aplicativo que solicita uma entrega, a internet é mero local para a compra de produtos que estão facilmente disponíveis à palma de sua mão.

Referências

- Abilio, L. C. (2019). Uberización: De la iniciativa empresarial a la autogestión subordinada. *Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad*, 18(3). Recuperado de <http://psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/1674>.
- Abílio, L. C., Amorim, H., & Grohmann, R.. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, 23(57), 26–56. <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>.
- Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. *Estudos avançados*, 34, 111-126. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?format=pdf&lang=pt>
- Aliança Bike. (2019). *Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo*. São Paulo (SP): Aliança Bike. Recuperado de http://aliancabike.org.br/pagina.php?id_secao=10&id_page=50.
- Antunes, R. (2020). Como se chama a uberização total. *Outras mídias*. São Paulo (SP). Recuperado de <https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-se-trama-a-uberizacao-total/>.

- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo (SP): Boitempo.
- Antunes, R., & Filgueiras, V. (2020). Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, 39(1), 27-43. doi: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>.
- Aquino, C. A. B. de. (2003). A temporalidade como elemento chave no estudo das transformações no trabalho. *Athena Digital*, 4, 151-159.
- Aquino, C. A. B. de., & Martins, J. C. O. (2007). Ócio, lazer, e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Subjetividades*, 7(2), 479-500. Recuperado de <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1595/3577>.
- Augé, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus.
- Cantor, R. (2019). A expropriação do tempo no capitalismo atual. In: Antunes, R (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV*. São Paulo (SP): Boitempo.
- Clot, Y. (2014). Gêneros e estilos profissionais. *Laboreal*. 10(1). Recuperado de <https://journals.openedition.org/laboreal/5460>.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte (MG): Fabrefactum.
- Dal Rosso, S. (2017). *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*. São Paulo (SP): Boitempo.
- De Stefano, V. (2016). The rise of the just-in-time workforce: On-demand work, crowdwork and labour protection in the gig-economy. *International Labour Office*, Geneva, 71.
- Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Harvey, D. (2015). O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, 14(28), 8-39. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13641>.

- Herzog, B., & Ruiz, J. (Eds.). (2019). *Análisis sociológico del discurso: enfoques, métodos y procedimientos*, 233. Universitat de València
- Ifood. (2022). *Ifood*. Recuperado de https://entregador.ifood.com.br/?utm_source=home_ifood&utm_medium=referral&utm_campaign=botao_header.
- Laval, C., Dardot, P. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo (SP): Boitempo.
- Lima, C. A., Barros, E. M. C., & Aquino, C. A. B. de. (2017). Flexibilização e intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador. *Revista Labor*, 1(7), 102 - 125. <https://doi.org/10.29148/labor.v1i7.6708>.
- Lima, J. C., & Martins Junior, A.. (2018). Mobilidades diferenciadas e ilegalidades institucionalizadas: tendências e contradições do trabalho na contemporaneidade. *Tempo Social*, 30(1), 31–51. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138076>.
- Moura, L. R. De. (2021). *Pedalandando para sobreviver: o processo de uberização do trabalho e os entregadores ciclistas*/Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará. Recuperado de https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60101/5/2021_dis_lrmoura.pdf
- Pochmann, M.. (2016). Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil. In Teixeira, M., Andrade, H., & Coelho, E. (Orgs.). *Terceirização e Precarização: faces da mesma realidade*. São Paulo (SP): Sindicato dos Químicos – SP.
- Rocha, P. J., & Montardo, S. P. (2005). Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. *E-Compós*. doi: <https://doi.org/10.30962/ec.55>.
- Sá, T.. (2014). Lugares e não lugares em Marc Augé. *Tempo Social*, 26(2), 209–229. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000200012>.

- Santos, I. N., & Azevedo, J. (2019). Compressão do espaço-tempo e hiperlocalização: os novos *flâneurs*. *Comunicação e sociedade*, 35, 239-257. Recuperado de <https://journals.openedition.org/cs/811#notes>.
- Santos, M. (2006). Análise psicológica do trabalho: dos conceitos aos métodos. *Laboreal*, 2(1). Recuperado de <https://journals.openedition.org/laboreal/13678>.
- Santos, M. (1975). *L'espacepartagé. Lesdeuxcircuits de l'économie urbaine des payssous-développés*. Paris: M-Th. *Génin Librairies Techniques*.
- Sennet, R. (2016) *A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo*, Rio de Janeiro (RJ): BestBolso.
- Spink, M. J. P. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 7–14. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100002>.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. London: John Wiley & Sons.
- Teixeira, C. F. de S., & Paim, J. S.. (2018). A crise mundial de 2008 e o golpe do capital na política de saúde no Brasil. *Saúde Em Debate*, 42(spe2), 11–21. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S201>.
- Uber Eats. (2021). *Uber Eats*. Recuperado de <https://www.uber.com/br/pt-br/deliver/>.
- Vilhena, J. D., & Novaes, J. D.V. (2018). Lugar e não-lugar no mundo virtual: Notas sobre criatividade e territórios de existência na rede. *Tempo psicanalítico*, 50(2), 143-161. Recuperado em 11 de fevereiro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000200008&lng=pt&tlng=pt.